



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 305, DE 2022

Requer licença Missão Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

AUTORIA: Senador Irajá (PSD/TO)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Nova Iorque (EUA), de 13/07/2022 a 15/07/2022, a fim de participar do Fórum Político de Alto Nível de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conforme os seguintes documentos anexos: Ofício 10/2022 - Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, Programação do Fórum, Carta de convocação do Fórum e Texto técnico com o objetivo do Fórum.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 11/07/2022 a 16/07/2022, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2022.

Senador Irajá
(PSD - TO)



SF/22497.63350-46 (LexEdit)



Ofício 010/2022

Brasília, 1º de junho de 2022


Ao
Exmo. Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que será realizada em Nova York, Estados Unidos, o Fórum Político de Alto Nível de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, de 13 a 15 de julho de 2022, incluindo uma sessão parlamentar organizada pela União Interparlamentar no dia 13 de julho.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar, na forma da alínea “a” inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos Senadores relacionados em anexo, que integrarão a delegação brasileira da União Interparlamentar nas reuniões.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.


Deputado Átila Lins
Presidente



**FÓRUM POLÍTICO DE ALTO NÍVEL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Nova York, 13 a 15 de julho de 2022

Delegação

Senadores: 1) Daniella Ribeiro
 2) Eliane Nogueira
 3) Irajá
 4) Jarbas Vasconcelos





Inter-Parliamentary Union
For democracy. For everyone.

**Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas
Sobre Desenvolvimento Sustentável
Nova York, 13 a 15 de julho de 2022**

PROGRAMAÇÃO

Quarta-feira, 13 de julho de 2022

9h – 10h15	Abertura Presidente do ECOSOC Secretário-Geral Presidente da Assembleia Geral Presidente da República de Botswana Exmo. Sr. Mokgweetsi Masisi
10h – 13h	Fórum Parlamentar Local: Conference Room 2
10h15 – 13h	Revisões Nacionais Voluntárias
15h – 18h	Revisões Nacionais Voluntárias

Quinta-feira, 14 de julho de 2022

9h – 10h30	Mensagens das regiões (Ação regional e alavancar estruturas regionais para apoiar os países no caminho da recuperação e reconstrução dos impactos devastadores da pandemia)
10h30 – 10h45	Resultados da Assembleia da ONU para o Meio Ambiente
10h45 – 13h	Revisões Nacionais Voluntárias
15h – 18h	Revisões Nacionais Voluntárias

Sexta-feira, 15 de julho de 2022

9h – 13h	Revisões Nacionais Voluntárias
15h – 16h	Revisões Nacionais Voluntárias
16h – 18h	Adoção da Declaração Ministerial Conclusão do HLPF



Inter-Parliamentary Union
For democracy, for everyone.

+41 22 919 41 11
+41 22 919 41 60
postbox@ipu.org

Chemin du Pommier 5
Case postale 330
1218 Le Grand-Saconnex
Geneva - Switzerland
www.ipu.org

Office of the
Secretary General

Fórum Parlamentar por ocasião do HLPF 2022

Genebra, 6 de junho de 2022

SF/22497.63350-46 (LexEdit)

Sra. Presidente,
Sr. Presidente

Além do aviso Save the Date que você recebeu em 11 de maio, gostaria de confirmar que o Fórum Parlamentar deste ano no Fórum Político de Alto Nível (HLPF) sobre Desenvolvimento Sustentável acontecerá de forma presencial na manhã de quarta-feira, 13 de julho, em Nova Iorque.

Com o tema **Parceria e cooperação para o desenvolvimento: Eles estão cumprindo os ODS?**, o Fórum Parlamentar se concentrará no ODS 17, que é revisado a cada Sessão do HLPF. A programação completa do encontro e outras informações podem ser encontradas no site da UIP (Events) em <https://www.ipu.org/event/parliamentary-forum-un-highlevel-political-forum-sustainable-development>.

De acordo com a prática anterior, o Fórum Parlamentar está aberto a membros do parlamento que participam da sessão do HLPF como parte de suas delegações nacionais. Parlamentares interessados devem contatar seu Ministério das Relações Exteriores ou sua missão em Nova York para perguntar sobre credenciamento e outros arranjos práticos.

Solicita-se aos parlamentares que irão participar deste evento que se inscrevam no site <https://form.jotform.com/221514154201136> para que sejam incluídos na lista de participantes do Fórum Parlamentar.

Se você precisar de mais informações, meus colegas do escritório de Nova York (ny-office@ipu.org) teremos prazer em ajudá-lo.

Com os melhores cumprimentos,

Martin Chungong
Secretary General



Fórum Parlamentar por ocasião do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF)

**Quarta-feira, 13 de julho (10h-13h)
Sala de Conferências 2
Nações Unidas, Nova York**

Parceria e Cooperação para o Desenvolvimento : Eles estão cumprindo os ODS ?

SF/22497.63350-46 (LexEdit)

A pandemia do COVID-19 fez muito mais do que piorar as perspectivas para os ODS, aprofundar as desigualdades, jogar centenas de milhões de pessoas na pobreza e provocar uma nova onda de instabilidade econômica e financeira. Também pôs à prova a parceria para os ODS que, desde o início, deveria ser o sistema dos ODS.

Os elementos centrais da parceria para os ODS estão no ODS 17: *Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável*. Devido ao seu papel fundamental na mobilização de recursos financeiros e outros tipos de recursos para os ODS, este objetivo é o único que está sujeito à revisão regular em cada sessão do HLPF.

Geralmente, o ODS 17 se refere a pelo menos dois tipos de parceria: a primeira, a parceria mais básica, une governos, setor privado e sociedade civil em nível nacional e global. A segunda, e talvez mais ambiciosa, a parceria visa uma cooperação para o desenvolvimento mais eficaz entre países desenvolvidos (parceiros de desenvolvimento) e países em desenvolvimento (países parceiros).

O ODS 17 consiste em 17 metas que abordam uma variedade de áreas transversais onde a parceria é necessária, da coleta de dados ao comércio, conhecimento científico e muito mais. Para manter a discussão exequível, o Fórum Parlamentar deste ano se debruçará livremente sobre três metas de particular relevância para os parlamentos que são fundamentais para o financiamento dos ODS, ou seja, mobilização de receitas domésticas, assistência ao desenvolvimento e parcerias público-privadas. Uma preocupação específica com os mais vulneráveis e marginalizados permeará toda a discussão.

Mobilização de receitas domésticas

As receitas internas, principalmente através da tributação, são de longe o mecanismo de financiamento mais importante que governos têm e que eles controlam diretamente. Quanto mais receitas os países em desenvolvimento puderem aumentar por conta própria, menos dependentes se tornam de ajuda e outros tipos de apoio externo. Apesar de importantes avanços em direção a esse objetivo, os países em desenvolvimento continuam a enfrentar desafios no fortalecimento de seus regimes jurídicos e suas administrações fiscais, a fim de cobrar impostos de uma variedade de agentes privados, de grandes corporações multinacionais a pequenas empresas informais. Isso resulta, entre outras coisas, em orçamentos reduzidos para atender às necessidades dos pobres e mais vulneráveis da sociedade.

A mobilização de receitas domésticas não pode ser melhorada isoladamente de uma resposta global muito mais forte à sonegação e evasão fiscal. Parcerias com várias partes interessadas, como a Addis Tax Initiative, comprometem os parceiros de desenvolvimento para invistirem pelo menos US\$ 441 milhões (anualmente) em reformas tributárias do país, bem como “facilitar a cooperação internacional para combater os fluxos de financiamento ilícito motivados por impostos (IFFs) e a evasão fiscal” através de uma variedade de meios.

Uma cooperação mais efetiva também é necessária em nível global para eliminar paraísos fiscais onde trilhões de dólares estão isentos de impostos, ou para capturar integralmente os ganhos reais de empresas multinacionais e indivíduos ricos, de modo a gerar mais receita do Estado para apoiar programas públicos importantes e reforçar os orçamentos de auxílio. O recente acordo do G20 sobre uma taxa mínima de imposto corporativo de 15% é amplamente considerado insuficiente para deter a atual corrida ao fundo do poço em impostos corporativos. O apelo dos países em desenvolvimento para um organismo fiscal da ONU e para uma convenção fiscal internacional que reflita todos os interesses e perspectivas continua sem ser atendido.

Assistência ao desenvolvimento

A ajuda para o desenvolvimento, geralmente chamada de “ajuda externa”, tem sido uma fonte essencial de financiamento do desenvolvimento, bem como uma expressão de parceria entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A ajuda é particularmente importante para países de baixa renda que são menos propensos a atrair investimentos estrangeiros e outros fluxos externos, bem como para os setores sociais, como saúde e educação, que são financiados principalmente pelo Orçamento do Estado.

Excluindo o financiamento de emergência para COVID-19, refugiados e similares, a assistência principal para o desenvolvimento (ODA) permanece estagnada em cerca de 0,33 por cento do PIB dos países doadores contra um compromisso global de 0,7 por cento. Além desta meta quantitativa, vários outros compromissos foram assumidos para melhorar a qualidade da ajuda, a fim de melhorar drasticamente os resultados e tirar o máximo proveito do dinheiro gasto.

Por meio da [Parceria Global para a Cooperação Efetiva para o Desenvolvimento](#) (GPEDC), na qual a UIP participa, foram adotados quatro princípios-chave de cooperação para o desenvolvimento eficaz que hoje informam para toda a arquitetura da cooperação para o desenvolvimento: apropriação do país, foco em resultados, transparência e responsabilidade e parcerias inclusivas. Na prática, a aplicação desses princípios se traduz em ações como o fortalecimento da supervisão parlamentar através do processo orçamentário, orçamentos mais sensíveis ao gênero, adotando políticas de ajuda abrangentes, desvinculando a ajuda do país doador, ou tornar os processos de ajuda no país mais inclusivos para todos os atores relevantes, incluindo parlamentos. Como mostra uma [pesquisa global recente](#), a maioria desses objetivos qualitativos está abaixo da meta.

Parcerias públicas e privadas

À medida que os países em desenvolvimento enfrentam uma lacuna de financiamento dos ODS estimada em trilhões de dólares, a ajuda é cada vez mais usada não apenas para fornecer apoio direto a programas governamentais, mas como uma ferramenta para alavancar os investimentos privados. Ao estabelecer parcerias com atores privados por meio de esquemas de “financiamento misto” e outros tipos de parcerias público-privadas (PPPs), governos e doadores estão cada vez mais buscando atrair grandes investimentos de capital de mercados financeiros globais, investidores institucionais ou empreendimentos multinacionais para construir grandes projetos de infraestrutura ou fornecer serviços públicos como água, saneamento e energia.

Embora certamente haja um papel para os atores privados no desenvolvimento, os acordos precisam ser justos. No caso de parcerias público-privadas, muitas vezes os riscos se acumulam desproporcionalmente para o lado do governo. Esses riscos incluem o risco de que os serviços públicos e a infraestrutura acabem ignorando as comunidades que são menos propensas a pagar as taxas de usuário cobradas por provedores privados, ou o risco de responsabilidades que o governo deve assumir se todo o investimento não produzir o retorno esperado para o setor privado.

Mais importante, a tendência para as PPPs pode levar a uma mudança de perspectiva em que o papel do governo como um provedor chave de bens públicos que são essenciais para o desenvolvimento de um país é cada vez mais cedido ao mercado. Isso pode ter profundas implicações para a responsabilidade democrática, uma vez que os atores privados são principalmente responsáveis perante os acionistas e não perante os cidadãos. Confiar demais em PPPs também pode levar a uma redefinição do papel do Estado para baixo, de garantidor dos direitos humanos para mero regulador das condições de mercado para facilitar os investimentos do setor privado.

Para os parlamentos em particular, uma grande questão sobre as PPPs diz respeito aos contratos que eles tornam. Esses contratos tendem a ser complexos e difíceis de entender em suas várias implicações sem conhecimentos suficientes entre os parlamentares. Além disso, eles são frequentemente assinados e implementados pelo governo com pouca supervisão parlamentar.

Com este contexto em mente, o **principal segmento** do Fórum Parlamentar deste ano vai girar em torno das seguintes questões:

- Como os parlamentos podem ajudar a reformar os regimes tributários nacionais e globais para que eles levem a mais resultados equitativos enquanto geram mais receita estatal para o desenvolvimento?
- Como a supervisão parlamentar da cooperação para o desenvolvimento pode ser reforçada de acordo com os princípios da cooperação para o desenvolvimento eficaz?
- Como os parlamentos podem ajudar a garantir que as parcerias público-privadas sejam sólidas e eficazes para o povo, sem diminuir o papel do governo como garantidor de bens públicos?

Um **segundo segmento** do Fórum contará com a apresentação dos resultados preliminares da pesquisa da UIP deste ano dirigido aos parlamentos dos 45 países que apresentam as [Revisões Nacionais Voluntárias](#).



SENADO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 1025.2022-PRESID

Brasília, 13 de junho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Átila Lins**
Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.066643/2022-10.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação do Senador **Irajá**, com ônus ao Senado Federal com diárias e passagens, no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizado no período de **13 a 15 de julho de 2022**, em Nova York, Estados Unidos, nos termos do Ofício nº 010/2021 e convite anexos.

Atenciosamente,



Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal